

**“DRAGÕES DE ESPORA E PENACHO”:
A APOTEÓTICA ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO E A
IDENTIDADE DO BRASILEIRO NAS CRÔNICAS
FUTEBOLÍSTICAS DE NELSON RODRIGUES**

“Draghi con speroni e pennacchi”

L’apoteotica mobilità sociale del nero e l’identità del brasiliano
nelle cronache calcistiche di Nelson Rodrigues

Francisco Cláudio Alves Marques¹
André Vitor Brandão Kfuri Borba²

RESUMO: Entre as décadas de 1950 e 1960, Nelson Rodrigues publica uma série de crônicas futebolísticas nas quais sugere um modelo de identidade para o “homem brasileiro” calcado na figura de ídolos negros do futebol. Ao construir uma imagem do negro transmutado em herói, autor de “feitos coletivos”, e por isso mesmo de fácil aceitação popular, o cronista compartilha estrategicamente com o leitor o mesmo “horizonte de expectativas” circunscrito numa época em que o mito da democracia racial de Gilberto Freyre começava a ser questionado.

PALAVRAS-CHAVE: Nelson Rodrigues; Identidade, Questão Racial, Crônica; Cultura.

RIASSUNTO: Tra gli anni '50 e '60 Nelson Rodrigues pubblica una serie di cronache calcistiche in cui suggerisce un modello d’identità all’“uomo brasiliano” fondato sulle figure di idoli neri del calcio. Quando Nelson costruisce l’immagine del nero trasformato in eroe, protagonista di “eventi collettivi”, e quindi di facile accettazione popolare, condivide strategicamente con il lettore lo stesso “orizzonte d’attesa”, relativo all’epoca in cui il mito della democrazia razziale di Gilberto Freyre cominciava ad essere messo in discussione.

PAROLE CHIAVE: Nelson Rodrigues; Identità, Democrazia razziale, Cronaca; Cultura.

INTRODUÇÃO

Na passagem do século XIX para o século XX, a população mestiça brasileira era vista por suas elites como suscetível, propensa ao ócio

¹ Doutor em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH – USP e professor assistente doutor no Departamento de Letras Modernas da FCL/Assis – UNESP.

² Mestrando pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis.

e acometida por um forte complexo de inferioridade, enquanto o que se tinha em mente era alcançar o progresso e a civilização por meio do *branqueamento* da população. *A priori*, essa ideia negativa do mestiço teria sido usada com vistas a desvalorizar o elemento nacional em um momento marcado pela entrada maciça de imigrantes europeus no país. Nas primeiras décadas do século XX, cientistas e intelectuais, preocupados em construir uma imagem que melhor definisse o brasileiro, acabaram por elaborar representações que ajudariam a cristalizar uma imagem instituidora do brasileiro enquanto desqualificado, indolente, avesso ao progresso e à civilização, que permaneceu como uma pecha ou mito, generalizando-se e abrangendo, de certa forma, o povo brasileiro (NAXARA, 1998, p. 19).

Irrefutavelmente, tais construções passaram a determinar o próprio modo como o nacional se autodefinia e se colocava diante do estrangeiro, o que explica, pelo menos em parte, o latente complexo de inferioridade do brasileiro ainda muito discutido na década de 1950, e redimensionado por Nelson Rodrigues na expressão “complexo de vira-latas”, assim definido: “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol” (RODRIGUES, 1993, p. 52).

Nos primeiros decênios da República, a imagem do brasileiro, ainda fortemente atrelada à figura do caboclo e do mestiço, era representada de forma negativa até mesmo no âmbito da literatura popular em versos. No folheto de cordel *As cousas mudadas*, escrito entre 1910/1912, o poeta Leandro Gomes de Barros esboça uma caricatura do caboclo que, por comodismo ou exclusão social, fica em casa cuidando das panelas, à margem do ideal cosmopolita proposto pelos idealizadores da República: “Chega-se nesses sertões/ N’uma choupana daquela;/ Vê-se o barbado de cócoras/ Alcovitando as panelas;/ Um feixe de lenha junto,/ Atiçando fogo nelas”. (BARROS, s/d, p. 5-6).

Embora no início do século XX essa imagem obscura já viesse sendo discursivamente construída em torno do nacional, uma das representações que mais influenciaram na cristalização de uma definição negativa do brasileiro foi, sem dúvida, a do Jeca Tatu. A fisionomia acabrunhada, a imobilidade e o conformismo do sertanejo, em Leandro Gomes de Barros, antecipam, em muitos aspectos, a representação negativa do caboclo e, por extensão, do brasileiro, condensada na figura do Jeca lobatiano. Em 1914 o jornal *O Estado de S. Paulo* publica dois artigos de Monteiro Lobato, “Velha Praga” e “Urupês”, em que o caboclo figura como um ser sombrio, parasita da sociedade, impermeável ao progresso e à civilização:

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. “Dando para passar fome”, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro — está tudo bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro. (LOBATO, 1955, p. 275-6)

Entre as décadas de 1920 e 1940, os modernistas retomam a discussão e o complexo de inferioridade do brasileiro passa a ser matéria literária numa época em que o pensamento brasileiro estava às voltas com a busca pela identidade nacional em contraposição ao estrangeiro e à ameaça que representava a entrada de grandes quantidades de povos considerados superiores — racial ou culturalmente — para um povo ainda em formação, imaturo, como era representado, na época, o brasileiro. Em uma crônica intitulada “Por que sou Jeca Tatu”, do escritor modernista Menotti del Picchia, publicada no *Correio Paulistano* em 1920, a associação do nacional com a figura do Jeca Tatu é reforçada nos seguintes termos:

Nasci sob um clima esplêndido. Só conheço a neve e o outono nos versos dos poetas da Avenida Central, que tomam sorvetes no Alvear, e dos de S. Paulo, que bebem refrescos com canudinhos de taquara. [...] Quando quero passar bem, do meu piquete dou uns tiros nas pombas-rolas ou nos nambus que vêm beber água no cocho. Se meu paladar exige caça, armo mundéus e tenho pacas e coelhos... Mal atiro a semente na roça, o milho grela; o feijão dá como cará. [...] Não preciso, pois, matar-me inutilmente no eito. [...] Por enquanto faço as três cousas que me ensinou Raimundo Correia: pito, durmo e toco viola. O resto fica para depois... (DEL PICCHIA, 1920a, p. 3).

No auge das discussões sobre a questão racial brasileira, Menotti del Picchia afirma em uma crônica de 1920, intitulada “Da Estética. Seremos Plagiários?”, ser um falso nacionalismo o que reivindica para o indígena a representação etnológica do fundo racial brasileiro para em seguida, reivindicar o reconhecimento do imigrante europeu na definição do brasileiro, no fortalecimento da “raça”:

O espírito industrial moderno, a nova raça forte, oriunda do cruzamento das raças singenéticas em fermentação no xadrez

etnográfico da nossa nacionalidade, absorvem esses tíbios resquícios de uma minoria agonizante. Morreu Peri. Morre Jeca Tatu. Surge, afinal, o tipo definitivo do brasileiro vencedor. (DEL PICCHIA, 1920b, p. 1).

Para Del Picchia, o tipo nacional só se definiria depois de cruzar-se com as “raças singenéticas” tidas como étnica e culturalmente superiores. Esse novo “Eneas da Roma americana” seria “um ser poligenético, múltiplo, forte, vivo, culto, inteligente, audaz, fruto de muitas raças em combate, resultante de muitos sangues e adaptado, pela força das leis mesológicas, no meio em que surge, temperado pelo clima, plasmado pela força da fatalidade histórica” (DEL PICCHIA, 1920b, p. 1). O exemplo de Del Picchia, embora exíguo, é uma clara demonstração de que os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX.

O sentimento de inferioridade do brasileiro incomodava muitos intelectuais como Antônio de Alcântara Machado que, pelo menos em duas de suas crônicas, reunidas em *Cavaquinho e Saxofone*, trata do assunto em tom de desabafo e ironia. Em “Relações Exteriores”, de 1929, o escritor modernista afirmava:

O brasileiro tem a suscetibilidade aguda de uma menina de quinze anos. Qualquer cousinha o fere. Por qualquer motivo fica de burro e fecha-se no quarto batendo a porta engolindo soluços. Suscetibilidade de povo adolescente. Falta de traquejo internacional. Caipirismo. Em tudo enxerga uma afronta. Vive desconfiado. De ouvidos bem atentos que é para saber se estão falando mal dele. Depois vaidoso como ele só. Mendiga o elogio estrangeiro (como se dele precisasse para viver). Dá um passo e olha logo para a Europa para ver se a Europa aplaude. Que nem artista de café-concerto. (MACHADO, 1940, p. 68).

Ainda na mesma crônica, A. A. Machado esboça a imagem de um Brasil ainda em formação, entre primitivo e paradisíaco, mas procurando valorizá-lo em relação à Europa, continente às voltas com o “peso morto do passado”:

Entre nós se caçoa muito dos brasileiros que descobrem o Brasil na Europa. [...] Só lá fora mesmo é que se pode fazer uma ideia justa do colosso que isto é. Vendo aqueles homens esgotados. Aquelles campos chupados. Aquelas tradições asfixiantes. Os milhões de vagabundos à força. Aquele

desânimo. O cerebralismo doentio dos mentores. A tremenda revolta dos dirigidos. A luta carniceira pela vida. A indecisão do presente. O receio do amanhã. E a fome. O desespero. A esterilidade. Então a gente se lembra de que deixou um país onde tudo está por fazer. E avalia bem a felicidade que isso representa. País virgem à espera de fecundação. Sem o peso morto do passado. Até sem presente. Vivendo todo para o futuro. País delicioso pelas suas possibilidades ignoradas. País delicioso pelos seus defeitos visíveis. Tão forte e tão pitoresco. Tão grande e tão ingênuo. Tão bonito e tão engraçado. País pixote. Pixote prodígio. De pés no chão e fura-bolos no nariz. (MACHADO, 1940, p. 75)

Para A. A. Machado, embora o brasileiro fosse “um pouco palerma”, “encalistrado”, “macambúzio”, precisava se “desembaraçar”, “virar esperto”, “não se deixar roubar no joguinho de parede”, sugerindo, para tanto, uma identidade para o brasileiro entre o malandro escolado e o moleque trapaceiro, de modo que, para afirmar-se frente o estrangeiro, o nacional precisava transgredir aquelas normas e modelos de conduta que lhe foram historicamente impostos: “E principalmente quebrar as janelas dos vizinhos com pedra. Todos os dias. E também aprender a vaiar. Bem forte. Com dois dedos na boca. Fazer fiau ao resto do mundo” (MACHADO, 1940, p. 76). A insistência de uma afirmação do nacional em relação ao estrangeiro se repete ainda na crônica “Guaranis viajados”, em que, motivado por um declarado sentimento de insatisfação com a imigração, A. A. Machado toma como parâmetro a “caipirice” do brasileiro e sua obsessão em imitar a moda e modelos de sociabilidades europeus: “O brasileiro dá um pulo até a Europa e volta botocudo como foi. Reforma o guarda-roupa mas não reforma as ideias. [...] Ao invés de vaiar, gozando a sua superioridade, aplaude tamanha inferioridade, invejando-a” (MACHADO, 1940, p. 141-2).

Por volta dos anos de 1920 e 1930 o esforço de transformar o Brasil em uma sociedade branca europeia tinha fracassado — os imigrantes começavam a incomodar as elites brasileiras porque importavam para o Brasil as doutrinas estrangeiras do anarquismo e socialismo e um estilo novo e mais militante de organização trabalhista. Como consequência desse desencanto, questões relacionadas com o futuro desenvolvimento do país e do caráter racial de sua identidade nacional são retomadas. Nesse cenário destaca-se a figura do sociólogo Gilberto Freyre que, em contraposição à ideia de europeização do Brasil, sugere a aceitação da ideia de que o Brasil estaria destinado a se sobressair no cenário mundial como um “novo mundo nos trópicos”. Tais ideias, presentes, sobretudo em *Casa Grande e senzala*, *Sobrados e mucambos*, colaboram para a construção de uma imagem do

Brasil em que europeus, indígenas e africanos se amalgamariam para compor uma sociedade genuinamente multirracial e multicultural. Freyre esboçava uma ideia de Brasil como uma democracia racial: “uma das uniões mais harmoniosas da cultura com a natureza e de uma cultura com a outra que as terras deste hemisfério já conheceu”³ (FREYRE, 1946, p. xii apud ANDREWS, 1997, p. 98). Segundo George Reid Andrews, professor de História na Universidade de Pittsburg (EUA), Freyre defendia a ideia de que a democracia racial brasileira era simbolizada e corporificada pelos mulatos racialmente mistos, elementos que, segundo o sociólogo, representavam a porção mais marcadamente brasileira da sociedade nacional. Com isso, Freyre colocava em xeque as alegações dos racistas científicos para quem “o mulato é incapaz de alcançar uma estabilidade como um igual social e intelectual do homem branco”. Nas suas alegações, Freyre argumentava:

[...] no senso de corresponder mais intimamente ao meio brasileiro e de uma adaptação mais fácil e possivelmente mais profunda aos seus interesses, aos seus gostos, às suas necessidades, o mestiço, o mulato ou, para colocar de uma maneira mais delicada, a pessoa de cútis escura, pareceria exibir maior capacidade de liderança que o branco ou o quase branco. (FREYRE, 1963, p. 416 apud ANDREWS, 1997, p. 98).

Na edição norte-americana de *Sobrados e mucambos*, após destacar a capacidade de liderança do mestiço e do mulato, Freyre conclui: “o Brasil está se tornando mais e mais uma democracia racial, caracterizada por uma combinação quase singular de diversidade e unidade”⁴. Andrews observa que, embora uma menção direta à expressão “democracia racial” não tenha sido feita na versão em português de *Sobrados e mucambos*, ela foi acrescentada à versão norte-americana (1998, p. 33).

Embora em seus escritos Freyre não tenha se referido diretamente à existência de uma democracia racial plena no Brasil, muitas de suas afirmações fizeram com que, tanto intelectuais quanto contestadores de suas teorias, nas décadas posteriores à publicação de *Casa Grande e Sobrados e mucambos*, enxergassem nele o fundador do mito da democracia racial brasileira. No auge das especulações sobre o assunto, Freyre concede uma série de entrevistas em que procura esclarecer alguns pontos de sua teoria

³ Trecho do prefácio à edição norte-americana de *Casa Grande e Senzala* com o título *The masters and the slaves: a study in Brazilian civilization*. New York: Knopf, 1946, p. xii apud ANDREWS, 1997, p. 98.

⁴ “For Brazil is becoming more and more a racial democracy, characterized by an almost unique combination of diversity and unity”. (FREYRE, 1963, p. 431).

com vistas a relativizar ou rebater algumas conclusões apressadas. Em uma dessas entrevistas, concedida a Lêda Rivas em 1980, Freyre procura responder à pergunta “Até que ponto nós somos uma democracia racial?”, asseverando que “democracia política é relativa”, que a “democracia plena é uma bela frase [...] de demagogos que não têm responsabilidade intelectual quando se exprimem sobre assuntos políticos”. Para ilustrar o quanto o conceito de democracia é relativo, cita o caso dos gregos, os quais, embora “aclamados como democratas do passado clássico, conciliaram sua democracia com a escravidão”. Cita ainda os Estados Unidos que, apesar de serem apontados como os “continuadores dos gregos como exemplo moderno de democracia no século XVIII, conciliaram essa democracia também com a escravidão”, e ainda os suíços, “que primaram pela democracia pura”, mas que até bem pouco tempo não permitiam que a mulher votasse. Após elencar esses exemplos, Freyre os compara com o Brasil, argumentando que

[...] o Brasil [...] é o país onde há uma maior aproximação à democracia racial, quer seja no presente ou no passado humano. Eu acho que o brasileiro pode, tranquilamente, ufanar-se de chegar a este ponto. Mas é um país de democracia racial perfeita, pura? Não, de modo algum. Quando fala em democracia racial, você tem que considerar o problema de classe, se mistura tanto ao problema de raça, ao problema de cultura, ao problema de educação. [...] Quem cuidou de integrar esse negro liberto à sociedade brasileira? A Igreja? Era inteiramente ausente. A República? Nada. A nova expressão de poder econômico do Brasil que sucedia ao poder patriarcal agrário e que era a urbana industrial? De modo algum. De forma que nós estamos, hoje, com descendentes de negros marginalizados, por nós próprios. Marginalizados na sua condição social. [...] Não há pura democracia no Brasil, nem racial nem social, nem política, mas, repito, aqui existe muito mais aproximação a uma democracia racial do que em qualquer outra parte do mundo. (RIVAS, 1997. p. 179)

Embora as teorias de Freyre tenham se tornado a base de uma nova ideologia sobre a questão racial e cultural brasileira, o fato é que a partir de década de 1950, contexto das crônicas futebolísticas de Nelson Rodrigues, o mito da democracia racial brasileira começa a ser amplamente questionado. De acordo com Andrews (1997), o mito só começou a ser questionado por escritores e pesquisadores a partir do momento em que eventos e influências internacionais começaram a exercer pressão sobre o Brasil, de fora de suas fronteiras. O primeiro desses eventos incluía uma série de projetos de

pesquisa que colocava em foco as relações raciais brasileiras, realizada por intelectuais brasileiros, norte-americanos e franceses no início dos anos de 1950, com o apoio da recém-criada Unesco. Os recentes horrores do nazismo e do holocausto motivam a Unesco a adotar, como parte de sua missão institucional, o combate ao racismo em escala internacional e, nesse cenário, a democracia racial brasileira apresentava-se como uma alternativa no sentido de se compreender como o igualitarismo racial havia ocorrido no Brasil e como funcionava na prática. A Divisão de Ciências Sociais da Unesco empreende uma série de pesquisas em algumas cidades do Sudeste industrializado — São Paulo e Rio de Janeiro — e em várias cidades mineiras, bem como na Bahia e em Pernambuco (ANDREWS, 1997, p. 100).

Quanto aos resultados da pesquisa, Andrews observa que “não foram os esperados. Todas as equipes constataram elevados níveis de desigualdade entre as populações branca e não branca, além de fortes evidências de atitudes e estereótipos racistas” (1997, p. 101). As equipes que se dirigiram ao Nordeste puderam constatar que tais desigualdades expressavam mais as diferenças de classe que as diferenças raciais, de modo que os negros sofriam discriminação mais pelo fato de serem pobres; contrariamente, as equipes destinadas às cidades do Sudeste, sobretudo do Rio e São Paulo, concluíram que as desigualdades decorriam do preconceito e da discriminação baseados na raça, apontando as diferenças no tratamento de acordo com os brancos e negros da classe trabalhadora e as enormes dificuldades enfrentadas por negros e mulatos cultos e qualificados que lutavam para ascender à classe média (ANDREWS, 1997, p. 101).

O segundo evento ocorre na mesma época dos projetos da Unesco, 1950, e girou em torno do episódio em que a dançarina afro-americana Katherine Dunham teve sua admissão recusada no Hotel Esplanada de São Paulo, para o qual tinha feito reservas durante a excursão com sua Companhia no Brasil. As denúncias da dançarina, somadas ao fato de ela ser americana e artista renomada, geraram uma repercussão sem precedentes que culminou com a aprovação, pelo Congresso, no ano seguinte, do primeiro estatuto contra a discriminação no Brasil, a Lei Afonso Arinos, de 1951, que incluía entre as convenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor da pele (ANDREWS, 1997, p. 101).

Quase quatro décadas depois de Del Picchia e de A. A. Machado, discussões em torno da questão racial brasileira e do sentimento de impotência do nacional ainda incitavam intelectuais como Nelson Rodrigues, cujas crônicas, objetos deste trabalho, publicados no *Manchete Esportiva* e no *O Globo*, entre os anos de 1955 e 1970⁵, esboçavam preocupações

⁵ As crônicas citadas neste trabalho foram reunidas por Ruy Castro no livro *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*, Companhia das Letras, 1993.

semelhantes às de A. A. Machado, porém em novas linguagens e contextos. Como A. A. Machado, Nelson Rodrigues acreditava também que as potencialidades brasileiras eram ignoradas pelas elites e, sobretudo, pelos “entendidos”, estes, intelectuais da imprensa recorrentemente criticados pelo cronista. Tais jornalistas continuavam endossando a opinião daqueles que pregavam a inferioridade racial e moral do brasileiro. Em uma crônica de 10/6/1970, “O entendido salvo pelo ridículo”, escrita no calor da euforia causada pela copa do México, Nelson identifica o “entendido”, e com aguda ironia, na pessoa do cronista que esteve, em 1966, na Inglaterra, tendo voltado de lá com a seguinte “descoberta”: “— o futebol europeu em geral e o inglês em particular eram muito melhores do que o nosso. Estávamos atrasados de quarenta anos para mais. Quanto à velocidade, era uma invenção europeia. Os brasileiros andavam de velocípede, os europeus a jato” (1993, p. 183).

Ainda segundo Nelson, o brasileiro sentia um forte ufanismo às avessas, sentimento que teria sido reforçado com o fracasso da copa de 1950: “O brasileiro gosta muito de ignorar as próprias virtudes e exaltar as próprias deficiências, numa inversão do chamado ufanismo. Sim, amigos: — somos uns Narcisos às avessas, que cospem na própria imagem” (1993, p. 30).

Apesar das inúmeras divergências sobre o Brasil ser ou não ser uma democracia racial nas décadas de 1950 e 1960, parte das ideias de Gilberto Freyre sobre a questão racial continuaria sendo endossada por intelectuais como Nelson Rodrigues, que conduz a discussão para um campo específico: o futebol, espaço que representava uma possibilidade de ascensão social e afirmação moral para mestiços e mulatos; onde podiam demonstrar suas habilidades, força e capacidade de liderança. O mais interessante é que, em suas crônicas, como tinha feito A. A. Machado, persiste ainda aquela obsessão de uma definição da identidade do brasileiro em relação ao estrangeiro. Nelson defendia a ideia de que o brasileiro deveria assumir uma postura viril e insolente diante do estrangeiro, apresentando na copa de 1958 Pelé como a *performance* do “racialmente perfeito”, como um modelo a ser seguido: “Na Suécia, ele não tremerá de ninguém. Há de olhar os húngaros, os ingleses, os russos de alto a baixo. [...] E é dessa atitude viril e mesmo insolente que precisamos” (1993, p. 43).

O que é possível observar, nas crônicas futebolísticas de Nelson, nas quais a figura do craque negro é elevada à categoria de herói nacional, são traços irrefutáveis da crença no mito das três raças e simetrias com as ideias de Freyre que se materializam, sobretudo, na transformação da negatividade do mestiço e do mulato em positividade, permitindo redesenhar os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo esboçada em cores obscuras. Em suas crônicas Nelson reforça a ideologia da mestiçagem, a qual, de acordo com Renato Ortiz, “estava aprisionada nas ambiguidades das

teorias racistas”, e que, após ser reelaborada, “pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol” (2003, p. 41).

A ASCENSÃO SOCIAL DO NEGRO E A IDENTIDADE DO BRASILEIRO

As crônicas futebolísticas de Nelson chegam quase a fugir do clássico conceito do gênero crônica quando as inserimos no âmbito das discussões sobre a definição da identidade do brasileiro – uma identidade em constante formação e transformação —, da questão racial e das discussões suscitadas pelos eventos que marcaram a retomada do debate sobre o Brasil ser uma democracia racial no início da década de 1950. Distanciando-se ainda do conceito clássico no modo como ele as constrói: suas crônicas são apoteóticas, carnavalescas, populares, eruditas, dramáticas; nelas Nelson derrama erudição, no entanto, para alcançar uma gama maior de leitores, não abdica da filosofia do senso comum, de uma filosofia que poderíamos chamar rabelaisiana, de filosofia dos bêbados, dos possessos e dos loucos; filosofia de arquibancada e de pé-de-balcão. Para Nelson, “o aparente exagero tem sua íntima lógica irredutível” (1993, p. 68).

Falando sobre o estatuto literário da crônica, Antonio Candido observa que o fato de a crônica “ficar tão perto do dia-a-dia age como quebra do monumental e da ênfase” e, embora o crítico não conceba isso como necessariamente ruim, salienta que “a magnitude do assunto e a pompa da linguagem podem atuar como disfarce da realidade e mesmo da verdade” (CANDIDO, 1992, p. 14). O fato é que Nelson não abdica nem do monumental e nem da ênfase, em vez disso, os acentua, pois na sua militância fica claro que pretende desconstruir determinadas “verdades” estanques que procuram negar a contribuição da mestiçagem na formação da identidade brasileira. Em Nelson, diferentemente do que ocorre com outros cronistas que o sucederam, a crônica, ainda muito presa à função informativa que lhe era peculiar, ganha ares de militância quando o cronista, entre uma partida de futebol e outra, faz crítica social, participando decididamente na realidade com o intuito de mudá-la.

Em suas crônicas Nelson mergulha na questão cultural brasileira para ali sugerir caminhos para o destino do nacional, para a construção de uma identidade para o brasileiro que inclua também a mestiçagem, os “pelés” e “garrinchas” brancos e negros da nossa formação; nelas ainda, o nacional e o popular aparecem bem delimitados; as falhas morais do caráter brasileiro se sobressaem em contextos e situações pensadas estrategicamente: “admiramos mais os defeitos ingleses que as virtudes brasileiras” (1993, p. 165); “Eis a

nossa tragédia: — a pura e simples vitória não basta. Desejamos enfeitá-la, pôr-lhe fitinhas e guizos. E o triunfo sem show, sem apoteose, o triunfo enxuto deixa o brasileiro descontente e desconfiado” (1993, p. 55). Nelson acreditava que “a humilhação [...] confere aos homens e aos times uma dimensão nova, uma potencialidade irresistível” (1993, p. 28), usando o caso de José do Patrocínio para ilustrar sua tese de que o brasileiro só reage frente à humilhação:

De vez em quando, eu relembro o que acontecia com o “Tigre da Abolição”. Nos comícios, José do Patrocínio começava gelado de pusilanimidade. Era preciso que os amigos, no meio da multidão, o chamassem de “negro”, “negro”, “negro” e “negro”. E a humilhação racial o potencializava. (1993, p. 168)

Assim como A. A. Machado, em suas crônicas Nelson reclamava da passividade do brasileiro, e não raro colocava ênfase na “necessidade de baixar o pau”, pois, enquanto o brasileiro fazia “um futebol diáfano, incorpóreo, de sílfides”, os europeus agiam “como centauros truculentos, escouceando em todas as direções” (1993, p. 133). Sobre essa passividade e timidez que nos acometia, Nelson escrevia, sem nenhum pudor: “[...] só os subdesenvolvidos ainda se ruborizam. Ao passo que o grande povo é, antes de tudo, um cínico. Para fundar um império, um país precisa de um impudor sem nenhuma folha de parreira” (1993, p. 132).

Renato Ortiz observa que a construção da identidade brasileira esteve quase sempre associada à questão da cultura no Brasil:

[...] a discussão sobre a cultura sempre foi entre nós uma forma de se tomar consciência do nosso destino, o que fez com que ela estivesse intimamente associada à temática do nacional e do popular. Foi dentro desses parâmetros que floresceram as diversas posições sobre nossa identidade nacional. (ORTIZ, 1994, p. 7)

Não podemos ignorar também o fato de que os anos de 1950 registraram, no plano político, um forte sentimento nacionalista e a consolidação de uma política populista e, no plano econômico, projetos de modernização para o Brasil. As crônicas de Nelson não ficam à margem desse pensamento, apresentando-se também como um espaço em que questionamentos sobre a real capacidade do povo brasileiro na viabilização de tais projetos são recorrentes.

Quando Nelson escreve suas crônicas o futebol já havia se integrado à vida e à cultura do povo brasileiro, passando a ser visto como um

elemento definidor de brasilidade, algo que se projetava como síntese da alma e do “jeito de ser” do brasileiro. Ao relatar partidas de futebol no espaço do jornal, Nelson redimensiona a repercussão dos fatos que se lhe apresentam como matéria-prima, recurso estilístico que passa a auxiliá-lo em questões recorrentes, como as definições e análises do homem brasileiro e de suas características pessoais. Na crônica rodrigueana, o craque de “cor” e de baixa extração social, ao driblar as dificuldades individuais e coletivas e conseguir galgar parte das barreiras impostas pela sociedade, consegue se sobressair com a maestria dos heróis consagrados, ora pela História, ora pela literatura erudita, ora pela cultura popular, projetando-se, desse modo, como um modelo a ser considerado na definição da identidade do homem brasileiro.

Para Nelson Rodrigues, “o universo do futebol se oferecia como palco ao desfile dos dilemas, dramas e frustrações do ‘homem brasileiro’”, cabendo ao cronista colocar-se diante dele, observar sua dinâmica, seus movimentos, e eternizá-los sob a forma de literatura (ANTUNES, 2002, p. 215). Na verdade, o cronista concebia o futebol como um espetáculo revelador dos dramas coletivos ao afirmar que durante uma partida, “a bola é um reles, um ínfimo, um ridículo detalhe. O que procuramos no futebol é o drama, é a tragédia, é o horror, é a compaixão” (1993, p. 104) e que até mesmo “A mais sórdida pelada é de uma complexidade shakespeariana” (1993, p. 103).

Embora as teorias sobre a democracia racial, com as quais Nelson claramente dialoga, previssessem uma efetiva colaboração do mestiço e do mulato na definição da identidade brasileira, no universo da crônica rodrigueana essa inserção do negro passa por uma reelaboração de sua imagem que não raro extrapola os limites da realidade. O fato é que a exaltação da força e do caráter aguerrido do negro encontra-se totalmente desvinculada de suas raízes africanas. Em nenhum momento sua agilidade é dada como uma herança cultural associada às figuras de orixás como Ogum e Oxossi, por exemplo. Em Nelson, a criatividade e a invencibilidade dos heróis negros do futebol remetem ao *bogatyry* primordial, aos heróis do romancista e do anedotário popular, cujas proezas e invulnerabilidade tangenciam o sobrenatural. Na verdade, Nelson atualiza arquétipos do mito heroico instalados no inconsciente coletivo com os quais o leitor imediatamente se identifica, ajudando a desconstruir, estrategicamente, o discurso de desvalorização do elemento negro.

O craque-herói de Nelson assemelha-se, em muitos aspectos, ao herói do romance moderno, cuja atuação é vista não só como algo individual, mas em relação com o mundo, fator determinante de sua caracterização. As semelhanças persistem ainda, naquilo que o herói moderno herdou da tragédia. Segundo Aristóteles os personagens da tragédia, bem como a natureza de seus atos, se dão a conhecer “pelas diferenças de caráter e de

pensamento” (1973, p. 271), embora em Nelson o herói “não pensa”, age: “Garrincha não pensa”. E neste aspecto suas criações se aproximam do herói presente nas obras de ficção mencionadas por Northrop Frye, herói cuja “força de ação [...] pode ser maior do que a nossa, menor ou mais ou menos a mesma” (1973, p. 39).

Nas crônicas, a figura do jogador negro aparece associada também à dos anti-heróis da literatura popular. Basta citarmos o caso do craque Jaguaré na crônica “Bocage no futebol”, de 1956. Na década de 40 o ídolo deixou o futebol brasileiro e foi jogar na Europa, no entanto, seu espírito brincalhão e suas travessuras durante as partidas parecem não ter agradado os europeus, que o dispensaram sem muitos recursos para retomar a vida no Brasil. Depois de tê-lo comparado ao Bocage do anedotário brasileiro, pelos palavrões que proferia em campo, Nelson relata que ele morreu na miséria, “Mas feliz, porque pôde soltar, no idioma próprio, seus últimos palavrões terrenos” (1993, p. 18) e, como tantos outros heróis ladinos da cultura popular, recusando-se a reentrar na ordem.

Outras vezes a insistência em atribuir dribles e vitórias fenomenais às pernas tortas de Garrincha acaba quase por identificar no craque aquelas habilidades que caracterizavam os antigos gnomos camponeses, bizarras criaturas carnavalescas descendentes dos demônios da fertilidade agrária. Em outros momentos, o herói negro de Nelson avizinha-se, por sua atuação e função social, do *trickster* ancestral e de sua versão moderna, o Malasartes brasileiro, herói ladino que quase sempre tira proveito da desvantagem, subvertendo a ordem. Sobre a partida Brasil 2 x 0 União Soviética, de 15/6/1958, em que a URSS era apontada como um adversário forte na Copa por seu “futebol científico”, Nelson relata:

[...] a desintegração da defesa russa começou exatamente na primeira vez em que Garrincha tocou na bola. Eu imagino o espanto imenso dos russos diante desse garoto de pernas tortas, que vinha subverter todas as concepções do futebol europeu. Como marcar o imarcável? Como apalpar o impalpável? (1993, p. 53).

Assim é narrada a atuação de Garrincha na partida Brasil 4 x 2 Chile, de 13/6/1962: “E o Mané, com suas pernas tortas e fulgurantes, com o seu olho rútilo e também torto, pôs os Andes de gatinhas, ou de cócoras, sei lá” (1993, p. 89). Na mesma crônica, para se referir à invencibilidade de Garrincha e à derrota do adversário estrangeiro, Nelson elabora metáforas dionisíacas e antropofágicas que remetem ao carnaval, a Rabelais e a *Macunaíma*: “No segundo gol, Mané deu uns dez salames dionisíacos.

Comeu com aquele apetite imortal toda a defesa inimiga. E comeu o juiz e comeu o bandeirinha” (1993, p. 88).

No afã de afirmar a superioridade do brasileiro centrada na figura do ídolo negro “racialmente perfeito”, Nelson acaba deixando algumas lacunas no seu projeto. Por um lado, a voracidade, molecagem e invulnerabilidade do jogador brasileiro ou se constroem a partir de modelos eruditos europeus ou nascem da comparação com heróis distantes da nossa realidade cultural. A título de ilustração, basta citarmos trechos de algumas crônicas em que os ídolos brasileiros aparecem em cena confrontando heroica ou sorrateiramente um estrangeiro durante uma partida. Suas qualidades raramente se revelam em contexto nacional: na crônica “Um gesto de amor”, de 2/12/1968, “Quando recebeu a bola, no primeiro minuto do jogo, [Garrincha] driblou um russo, mais outro, outro mais, como no soneto. Driblou as barbas de Rasputin, driblou as cinzas do czar”, para, em seguida, enfiar “uma bomba na trave” (1993, p. 138). Na copa de 58 cada jogador, ao entrar na área adversária, desintegrava a defesa inimiga e “cada vez que um craque recebia a bola, partia em todas as direções, como aquele mocinho de fita em série” (1993, p. 58). A atuação do jogador Amarildo, na partida Brasil 2 x 0 Espanha, em 6/6/1962, é assim descrita por Nelson: “De seu lábio pendia uma baba elástica e bovina dos possessos. Nas páginas de Dostoiévski é assim que os possessos babam profissionalmente” (1993, p. 87). Por ocasião dos jogos preparatórios no Maracanã para a copa do mundo da Inglaterra, quando o Brasil joga com a seleção gaúcha e vence de 2 a 0, as piruetas de Garrincha são comparadas às de Chaplin: “Vocês se lembram de Charlie Chaplin, em *Luzes da ribalta*, fazendo o número das pulgas amestradas? Pois bem, Mané nos deu um alto momento chapliniano” (1993, p. 119).

O fato é que a molecagem e a voracidade do jogador negro em campo nunca são concebidas como heranças de um terceiro elemento, mítico e étnico-cultural, que entra na composição do malandro brasileiro, na formação da perspicácia que se encontra na base da formação do nosso caráter e que, inclusive, provém de tradições negras. Para além da antropofagia latino-americana das teorias mais recentes, o ato ritualístico de “digerir” acompanha o povo africano desde suas origens, embora tenha adquirido aqui, durante a colonização, novos significados. Estamos falando de Exú, um dos orixás africanos mais demonizados durante a colonização e o processo “civilizatório”. Não derivaria daí, em parte, a molecagem, os “truques”, os dribles, o “fez que foi e não foi”, os gols de “bicicleta”, a invulnerabilidade e a voracidade negra manifestados nos campos de futebol da Europa?

De acordo com algumas tradições de origem africana, Exú tem a “habilidade de fazer algo parecer ser aquilo que não é, pelo uso, sobretudo,

de algumas estratégias e artimanhas utilizadas para conseguir realizar seus feitos” (FERREIRA, 2011, p. 5). No mito, Exú come tudo e é movido por uma fome incontornável. Depois de ter comido todos os animais, árvores e frutos da aldeia em que vivia, comeu até mesmo o Céu, e nem mesmo a morte conseguiu aplacar sua fome (PRANDI, 2001, p. 45-46). Na cultura africana, a simbólica “fome” de Exú é alusiva ao seu papel de mensageiro, de sua capacidade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de mudar o mundo com o seu movimento, com o caminhar mundo afora. O movimento de Exú, muitas vezes realizado por meio de “truques”, “acaba por reduzir os humanos a meras peças do seu teatro, da sua tragédia...” (FERREIRA, 2011, p. 8). As trajetórias de nossos anti-heróis populares, com os quais em muitos momentos da crônica de Nelson nossos ídolos negros se assemelham, revelam traços da forte influência do mito na definição da “molecagem brasileira”. O movimento de Exú, muitas vezes realizado por meio de “truques”, “acaba por reduzir os humanos a meras peças do seu teatro, da sua tragédia...” (FERREIRA, 2011, p. 8).

Segundo E. M. Meletínski, o caráter obstinado e furioso, que é parte integrante da imagem arquetípica do herói, ajuda a modelar, até certo ponto, a consequente emancipação de sua personalidade, expressa naturalmente um aspecto dela, no entanto, sua trans- ou superpersonalidade se sobressai como um fator dominante e seus feitos “coletivos” são tão imediatos que não há vestígio de “obrigação” ou de “reflexão” (MELETÍNSKI, 2002, p. 67), como nesta versão moderna do ídolo negro Garrincha:

[...] chamavam este homem de retardado! Só agora começamos a fazer-lhe justiça e a perceber a sua superioridade. Comparem o homem normal, tão lerdo, quase bovino nos seus reflexos, com a instantaneidade triunfal de Garrincha. Todos nós dependemos do raciocínio. [...] Ao passo que Garrincha nunca precisou pensar. Ele não pensa. (1993, p. 63).

Quanto aos feitos “coletivos” do herói arquetípico, eles encerram, na verdade, a ideia de que a superpersonalidade do herói atua como encarnação da autodefesa coletiva. Embora os “feitos” do herói sejam com frequência entendidos como fazendo parte do plano de sua biografia, como sua “consagração” (MELETÍNSKI, 2002, p. 56), num plano mais geral eles parecem atender aos anseios de sua coletividade, passando a ser também os “feitos” desta. O escrete brasileiro é o Brasil, diz Nelson, e as vitórias do futebol brasileiro representam também uma vitória da nação. O milésimo gol de Pelé foi, para Nelson, o “gol” de toda a nação brasileira:

De repente, como patrícios do guerreiro, cada um de nós sentiu-se um pouco coautor do feito. Pelé voou, arremessou-se dentro do gol. Agarrou e beijou a bola. E chorava, o divino crioulo. Cem mil pessoas, de pé, aplaudiam como na ópera. [...] Naquele momento éramos todos brasileiros como nunca, apaixonadamente brasileiros. (1993, p. 159-160)

Na crônica “O Belo Milagre das Vaias” em que se narra o episódio da partida da seleção brasileira para a Copa do México, em 1970, o cronista, atualiza, em parte, a arquetípica condição do “enjeitado” presente no mito heroico. Depois de ter sido vaiada pelos brasileiros e criticada pela imprensa, a seleção parte desacreditada para o México, diz Nelson:

Graças a Deus o escrete parte. O que nem todos percebem é que o time nacional leva um maravilhoso trunfo. No México, ele se sentirá muito menos estrangeiro do que aqui. E estará protegido pela distância. [...] Se me perguntarem o que deverá fazer a seleção para ganhar a Copa, direi, singelamente: — “Não nos ler”. Sei que as nossas crônicas vão aparecer, por lá, como abutres impressos. (1993, p. 167)

Apesar do descrédito, a seleção vai vencendo, gradativamente, todas as partidas no México, como o herói “baixo”, o herói “do qual não se espera nada” que, despercebidamente e aos poucos vai revelando sua essência heroica e triunfa sobre seus inimigos e rivais. A situação inicial desvantajosa do herói, o escrete brasileiro desacreditado, recebe em Nelson, como no mito heroico, um matiz social, no entanto, o rebaixamento social é dominado pela elevação do *status* social após as provações: de vaiados a tricampeões. No dia 22/6/1970, Nelson introduz e conclui a crônica “Dragões de espora e penacho” glorificando o apoteótico tricampeonato:

Desde o Paraíso, jamais houve um futebol como o nosso. Vocês se lembram do que nossos “entendidos” diziam dos craques europeus. Ao passo que nós éramos quase uns pernas-de-pau, quase uns cabeças-de-bagre. Se Napoleão tivesse sofrido as vaias que flagelaram o escrete, não ganharia nem batalhas de soldadinhos de chumbo. (1993, p. 191)

Como no mito heroico, em Nelson o arquétipo do herói atualizado na figura dos craques negros brasileiros apresenta-se também engenhosamente ligado ao do anti-herói, o qual se une ao herói numa única pessoa. Na grande maioria das crônicas, o cronista introduz com maestria, na

argamassa com que vem construindo seus heróis, medidas do herói épico, do mítico e do fabuloso, sem deixar de adicionar, no acabamento de suas monumentais figuras, uma dosagem daquilo que todo o brasileiro tem de Malasartes e Macunaíma, os anti-heróis “sem nenhum caráter” da cultura nacional. Aliás, é o que os craques de Nelson têm de mais genuinamente brasileiro nas suas composições. Na crônica “À sombra dos criouloes em flor”, Nelson exalta a destreza e a astúcia gnômica de Tostão quando marca um gol contra a Inglaterra do modo menos convencional:

Foi um assombro. Em pé, Tostão já é pequeno, pequeno e cabeçudo como um anão de Velásquez. Imaginem agora deitado. Os ingleses ficaram indignados e explico: — um gol como o de Tostão desafia toda uma complexa e astuta experiência imperial. (1993, p. 150)

A inventividade de Nelson opera uma “desrealização do real” sem precedentes na literatura brasileira. Nele, para o recorte que nos interessa aqui, a representação dos espaços em que ocorrem as celebrações do futebol e a construção positiva da imagem do craque negro enquanto representação do “homem brasileiro” ocorre a partir da combinação de imagens, metáforas e arquétipos emprestados, sobretudo, do teatro, do romancista popular e do carnaval, este último, manifestação em que as inversões sociais e as hierarquias são abolidas apenas temporariamente, enquanto dura a festa. Aqui, instaura-se, então, um paradoxo: a construção de identidades feitas para durar e servir de modelo para o “homem brasileiro” se dá exatamente em um contexto onde coroamentos e destronamentos são uma constante; um espaço onde todas as glórias são transitórias.

Nas crônicas futebolísticas de Nelson o apelo ao sobrenatural e à euforia do futebol vem somar-se às imagens efêmeras do carnaval. Nelson relata que, durante as apoteóticas celebrações futebolísticas, todas as hierarquias são abolidas e que, diante das fabulosas vitórias do escrete, todos se sentem igualmente brasileiros. Aqui, deparamo-nos inevitavelmente com o utópico. Por ocasião da conquista do campeonato, em 1958, Nelson relatava entusiasmadamente que o time vitorioso, formado por “negros ornamentais, folclóricos, divinos”, tinha conseguido realizar três proezas: deslumbrar o mundo, superar o complexo de vira-latas e aproximar democraticamente todos os brasileiros: “Súbito o brasileiro, do pé-rapado ao grã-fino, do presidente ao contínuo, o brasileiro, dizia eu, assume uma dimensão inesperada e gigantesca” (1993, p. 92). Promovendo, como no carnaval, uma inversão temporária dos papéis sociais e, por conseguinte, das hierarquias: “O bêbado tombado na sarjeta, com a cara enfiada no ralo, também é rei. Somos 75 milhões de reis” (1993, p. 92).

Mas, como no carnaval, no futebol o mesmo povo que coroa seu craque/herói também promove seu destronamento. Segundo Nelson, “No futebol, a apoteose está sempre a um milímetro da vaia”. Na crônica “O grande sol do escrete”, a filosofia de palco e de arquibancada de Nelson é colocada em prática para retratar o episódio em que o rei Pelé, à guisa do rei bufão do carnaval medieval, é destronado por seus súditos após uma partida frustrada entre Brasil e Inglaterra, em 1970:

Mas, como ia dizendo: — vaiaram Pelé os noventa minutos. Posso dizer que influiu na vaia, além do mais, um certo cansaço, um certo tédio do mito. A multidão precisa destruir os mitos que promove. A partir de então, não só o homem de arquibancada, também os entendidos, também os técnicos, também os cronistas — começaram a meter a picareta na estátua de Pelé. Tem sido uma alegre demolição (1993, p. 173).

Por um lado, Nelson propõe um modelo de identidade para o “homem brasileiro” calcado na figura do negro que evolui em espaços onde as glórias são efêmeras e tudo ocorre de maneira muito transitória: o futebol e o carnaval. Por outro lado, tais imagens em constante transformação e, portanto, inacabadas, constituem-se uma espécie de síntese da real discussão em torno da indefinida questão racial brasileira. No mais, ao construir uma imagem do negro com arquétipos emprestados do herói mítico, fabuloso, invencível e por isso mesmo, popular, Nelson consegue penetrar no inconsciente coletivo brasileiro, em que tais arquétipos vinham se sedimentando desde o início da formação do Brasil, tentando promover, desse modo, a aceitação do mestiço e do mulato transmutado em herói, autor de “feitos coletivos”; viabilizando sua ascensão social e sua afirmação moral no imenso e indefinido amálgama de cores e culturas que compõem o Brasil.

E para concluir, voltando à questão das astúcias e dos “truques” de Exú, um dos elementos formadores da nossa malandragem, cabem duas perguntas: a primeira, já formulada por Ferreira (2011, p. 9), estaria relacionada com a questão da resistência negra frente o processo do sincretismo religioso, em que se pergunta se não seria este ‘ludibriar’ do qual Exú faz uso o transparecer (ou o que ele viria a representar, o demônio) do importante papel da resistência da ‘cultura negra’ face ao processo de sincretismo religioso e, no seu ápice, face aos objetivos próprios do projeto colonial civilizatório? A segunda, já voltada para o nosso enfoque, seria: O fato de não se fazer menção, em nenhum momento, à contribuição das tradições e mitos africanos na formação da nossa mestiçagem, e por extensão, do nosso caráter, não acaba silenciando, de certa forma, parte de um passado do qual todos aqueles ídolos negros do futebol provêm? Uma forma, embora

inconsciente, de deixar sempre à sombra traços de uma cultura até hoje tida como subalterna?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. Democracia Racial Brasileira 1900-1990: Um Contraponto Americano. In: *Estudos Avançados*. Trad. Vera de Paula Assis, São Paulo, vol. 11, n. 30, p. 95-115, mai./ago. 1997.

_____. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. Trad. Magda Lopes, Bauru, SP: Edusc, 1998.

ANTUNES, Fátima M. R. Ferreira. Nelson Rodrigues e o dilema do *homem brasileiro: vira-latas ou moleque genial?* In: _____. “Com brasileiro, não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 207-276.

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Trad. Antonio F. de Almeida, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973.

BARROS, Leandro Gomes de. *As cousas mudadas/História de João da Cruz*. Recife: Tip. Moderna, s.d.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

DEL PICCHIA, Menotti. Crônica Social: Por que sou Jeca Tatu. In: *Correio Paulistano*, n. 20362, 10 de março de 1920a.

_____. Da Estética. Somos Plagiários? In: *Correio Paulistano*, n. 20391, 10 de abril de 1920b.

FERREIRA, J. Flávio et al. Incorporando exú: a (in)versão colonial na demarcação/dominação do Outro. In: *Periféria. Revista de Recerca i Formació en Antropologia*, Barcelona, n. 15, p. 1-25, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____. *The masters and the slaves: a study in Brazilian civilization*. Nova York: Knopf, 1946.

_____. *The mansions and the shanties: the making of modern Brazil*. Nova York: Knopf, 1963.

FRYE, Northrop. *Anatomia da crítica*. São Paulo: Cultrix, 1973.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1955.

MACHADO, António de Alcântara. *Cavaquinho e saxofone (Solos) – 1926-1935*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

MELETÍNSKI, E. M. *Os arquétipos literários*. Trad. Aurora F. Bernardini et al., 2. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2002.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: Representações do brasileiro – 1870/1920*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. *Nelson Rodrigues e João Saldanha: A crônica e o futebol*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

RIVAS, Lêda. O Anarquista de Apipucos [Entrevista concedida a Lêda Rivas]. In: _____. *Parceiros do tempo*. Recife: Universitária, 1997, p. 179-191.

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Data de recebimento: 30/06/2016

Data de aprovação: 30/11/2016